



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640187 - SP (2021/0013701-9)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LEO CRISTIAN ALVES BOM
ADVOGADO : LEO CRISTIAN ALVES BOM - SP268276
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO BUENO DA SILVA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO BUENO DA SILVA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2282312-20.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela prática do delito de tráfico de drogas, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva.

O impetrante sustenta a carência de fundamentação idônea para a decretação da prisão do paciente, porquanto estariam ausentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Argumenta que "a gravidade do delito, a quantidade e a natureza da substância, e seus antecedentes por si só não justificam a manutenção da prisão" (e-STJ fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, verifica-se, em uma análise preliminar do feito, que a manutenção da prisão do paciente foi devidamente fundamentada pelo Tribunal de origem com base em elementos concretos dos autos a comprovar a necessidade da custódia cautelar para garantia da ordem pública. A propósito, confira-se o que consignou a Corte estadual (e-STJ fls. 18-19):

b) necessária a custódia cautelar:

b.1) pois o paciente, como bem destacado pelo magistrado de piso, é reincidente e estava em cumprimento de pena, tendo obtido livramento condicional, conforme fls. 83/86 e 87/95, e, ainda assim, optou por quebrar a confiança do Estado nele depositada e retornar às vias delitivas, circunstância que reforça a necessidade de manutenção de sua prisão preventiva para resguardo da ordem pública e, sobretudo, para se evitar a reiteração delitiva. Até porque, nada impede que com o tratamento benevolente do Estado, o paciente sinta-se

estimulado a prosseguir na senda criminosa, agora tomando cuidado apenas para não ser pego (novamente).

*b.2) Não bastasse, se por um lado a maconha não é dos entorpecentes mais devastadores, havendo, inclusive, autorização para uso recreativo em diversos países mundo afora, por outro **o paciente foi surpreendido com expressiva quantidade (mais de 1kg da droga)**, além de outros apetrechos, a princípio, caracterizadores do tráfico de drogas, o que denota extrema ofensividade e aparente conexão com o crime organizado.*

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência